


26 - F  
1 - A  
S  


## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

### ACTA Nº 41

Aos vinte e oito dias do mês de Dezembro de mil novecentos e noventa e cinco, nesta cidade de Aveiro e Salão Cultural do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, na sessão ordinária do mês de Dezembro, sob a Presidência do Presidente, Rogério da Silva Leitão, Secretariado pelos Vogais João Pedro Simões Dias e José Alberto Martins de Carvalho, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários, em substituição dos titulares eleitos e com a presença dos Vogais, Manuel Simões Madail, Manuel Rodrigues Simões, Manuel Arede de Jesus, José Ferreira de Almeida, Manuel Branco Pontes, Manuel Rodrigues Bolais Mónica, Jorge Manuel do Nascimento, José Arménio Sequeira Pereira, Artur José Lopes Lobo, José Maria Dias da Silva, João Tavares Duarte, Armando Manuel Dinis Vieira, Carlos Manuel da Silva Santos, Olinto Henrique da Cruz Ravara, Manuel Ferreira da Cruz Tavares, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Custódio das Neves Lopes Ramos, Virgínia Celeste da Silva Veiga, João Alberto Simões Barbosa e António Manuel dos Santos Salavessa.

Pelas 17,30 Horas, o Sr. Presidente da Mesa declarou aberta a presente reunião.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais, Fernando Tavares Marques, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, João Gabriel Ferreira Santos, Joaquim dos Santos Abreu, Artur da

Rosa Pires, Francisco Manuel Alves da Costa Braga, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Joaquim António Calheiros da Silveira, Raul Ventura Martins, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Fernando António Portela Rocha Andrade, João Ferreira da Peixinha e Libério da Silva Santos.

Seguidamente deu nota dos pedidos de justificação de faltas apresentados pelos Vogais, João Gabriel Ferreira Santos, Raul Ventura Martins, Artur José Lopes Lobo, João Ferreira da Peixinha, João Tavares Duarte, Francisco Manuel Alves da Costa Braga, Libério da Silva Santos e José Fernandes Pereira, os quais foram aceites e consideradas justificadas as respectivas faltas.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa leu a ordem de trabalhos da Sessão ordinária do mês de Dezembro, cujos pontos a seguir se transcrevem:

- 1 - COMUNICAÇÃO ESCRITA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL;
- 2 - ELABORAÇÃO DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE - COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL;
- 3 - CÂMARA MUNICIPAL PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 1996;
- 4 - SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS - PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO, ORÇAMENTO FINANCEIRO E DEMONSTRAÇÃO PREVISIONAL DE RESULTADOS PARA 1996.

Continuando no uso da palavra deu conhecimento à Assembleia de um officio enviado pelo Sr. Dr. Gilberto Madail, Governador Civil de Aveiro, ao Presidente deste órgão e cujo teor se transcreve: "Ao cessar as minhas funções de Governador Civil do Distrito de Aveiro, gostaria de empenhadamente agradecer a V. Ex<sup>a</sup>a toda a colaboração que me foi prestada e muito particularmente a acção desenvolvida por essa Dig<sup>a</sup> Assembleia, em prol dos interesses desse concelho.

Peço-lhe pois, Sr. Presidente, que transmita às diferentes bancadas que compõem essa Assembleia, a minha permanente disponibilidade para o que fôr julgado útil e necessário, e ao mesmo tempo formular os meus sinceros votos de que possa, no futuro, vir a ser mantida a Unidade do Distrito de Aveiro e os laços de Solidariedade e de amizade que há 160 anos existem entre os seus diferentes concelhos.

*Aproveito a oportunidade para desejar a V. Ex<sup>a</sup> e a todos os Srs. Deputados Municipais os maiores êxitos pessoais e profissionais."*

Também deu conhecimento de uma carta do Sr. António Manuel Quintas, dirigida à Câmara e ao Presidente deste órgão, na qual o signatário faz um alerta para a falta de manutenção do Monumento ao Marnoto, apontando uma série de inconvenientes daí resultantes.

Deu conhecimento ainda de um ofício enviado pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal ao Presidente deste órgão, no qual informa que: *"vai ter início a elaboração do Plano de Urbanização da Cidade, tarefa que se encontra a cargo do Gabinete "Ventura da Cruz-Planeamento, Ld<sup>ª</sup>"*

*Dada a importância deste instrumento de planeamento, é aconselhável a participação desse Órgão Deliberativo pelo que, solicito a V. Ex<sup>a</sup> se digne indicar um elemento de cada Partido dessa Assembleia a fim de acompanhar a execução do referido Plano."*

Entretanto deu entrada na sala o Vogal Diogo Machado.

Imediatamente a seguir submeteu à discussão e votação da Assembleia as seguintes Actas:

ACTA Nº 31 - Submetida à discussão não se registaram intervenções. Posta à votação veio a mesma a merecer aprovação por vinte votos a favor e quatro abstenções, sendo duas do P.P., uma da CDU e uma do PSD;

ACTA Nº 32 - Submetida à discussão não se registaram intervenções. Posta à votação veio a mesma a merecer aprovação por vinte votos a favor e quatro abstenções, sendo duas do PP, uma da CDU e uma do PS;

ACTA Nº 33 - Submetida à discussão não se registaram intervenções. Posta à votação veio a mesma a merecer aprovação por vinte votos a favor e quatro abstenções, sendo duas do PP, uma da CDU e uma do PSD;

ACTA Nº 34 - Submetida à discussão não se registaram intervenções. Posta à votação veio a mesma a merecer aprovação por vinte votos a favor e quatro abstenções, sendo duas do PP, uma do PS e uma da CDU;

ACTA Nº 35 - Submetida à discussão não se registaram intervenções. Posta à votação veio a mesma a merecer aprovação por

dezanove votos a favor e cinco abstenções, sendo três do PP, uma do PS e uma da CDU.

Entretanto deu entrada na sala o Vogal Artur da Rosa Pires.

ACTA Nº 36 - Submetida à discussão não se registaram intervenções. Posta à votação veio a mesma a merecer aprovação por dezanove votos a favor e seis abstenções, sendo duas do PSD, uma da CDU, uma do PS e duas do PP.

ACTA Nº 37 - Submetida à discussão não se registaram intervenções. Posta à votação veio a mesma a merecer aprovação por vinte e um votos a favor e quatro abstenções, sendo três do PP e uma da CDU.

Seguidamente entrou-se no período de antes da ordem do dia:

### PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Vogal Armando Vieira:

*"Sr. Presidente, caros colegas da Assembleia, queria aqui falar de uma questão que tem a ver com o PDM recentemente publicado em Diário da República. Temo-nos apercebido com uma surpresa enorme que fomos enganados quando da discussão da fase final e do acerto final do PDM e, fomos enganados não sabemos por quem, eu pelo menos não sei por quem, e com que intenções. Se as pessoas se recordam e nomeadamente os Srs. Presidentes de Junta aqui presentes, por alturas dos fins de 93 e princípios de 94 participámos em diversas reuniões tendentes a acertar aquilo que seria o Plano Director Municipal de Aveiro. Devo dizer-lhes que da parte que me toca saí desse conjunto de reuniões, satisfeito, agradado com as alterações introduzidas, que, não sendo a totalidade daquilo que nós solicitávamos, davam resposta a muitas das nossas questões, a muitos dos nossos anseios. Foi-nos garantido que essas alterações seriam incluídas na versão final do PDM. Acontece que agora há poucos dias, por uma coisa que é caricata, constatámos que fomos enganados e, eu peço ao Sr. Presidente da Câmara para me esclarecer, quem foi que nos enganou? foi a equipa técnica ou foi o Sr. ex-Presidente da Câmara?"*



Naquela altura, estava próxima a votação e, nós de boa fé votámos a favor de um documento que, a verificar-se aquilo que se verifica neste momento eu nunca teria votado a favor, porque é altamente lesivo dos interesses da população da freguesia de Oliveirinha. Suponho que todos os Presidentes de Junta comungarão desta ideia.

Quero saber como é que vamos dar volta a esta situação, porque não houve diálogo exigível para um documento desta importância e, acabou por se encontrar uma versão final, que é fortemente penalizadora das populações do concelho rural.

No que respeita ainda a este Plano e, apesar de não no aspecto do Regulamento se ter tido mais cuidado e, apesar de ter sido constituída uma equipa, uma Comissão de Acompanhamento ou de Revisão do Regulamento, foram mantidas algumas situações que são extremamente penalizantes. Alguns dos Srs. Vereadores, nem sequer se dão ao trabalho de se deslocarem às freguesias, nem sequer se dão ao trabalho de promoverem reuniões com os Presidentes de Junta, quando tinham obrigação estrita de se deslocarem às freguesias para avaliarem localmente as questões do pelouro que têm à sua responsabilidade.

O Regulamento tem por exemplo uma limitação gravíssima, que é por exemplo não poder construir-se em parcela de terreno inferior a dezoito metros de largura, a que propósito meus Srs? só pessoas que desconhecem totalmente o que é a realidade do concelho rural é que podem ter decidido uma coisa destas. Há pessoas perfeitamente aterradas, que compraram terrenos, a quem a Câmara disse que podiam comprar para construir casas, porque em termos de R.A.N. estavam desafectadas e agora deparam-se com a impossibilidade de neles construir.

Também não pode ser mantida a imposição dos quatro metros como altura de meação (Artº 9º), devendo ser rapidamente revisto.

De igual modo a questão dos anexos necessita ser revista, pois continuam haver limitações gravíssimas."

Finalmente, lamentou que a freguesia de Oliveirinha, continue a ser marginalizada pela Câmara Municipal, apesar de ser uma das freguesias mais desenvolvidas do concelho e como tal mais carente de apoio por parte do Executivo Municipal, não aceitando por isso tal

discriminação, nomeadamente no que respeita à construção de pavilhões polidesportivos.

Vogal Cruz Tavares:

No uso da palavra e a propósito da carta de despedida enviada pelo ex-Governador Civil de Aveiro a esta Assembleia na qual agradece toda a colaboração que lhe foi prestada e muito particularmente a acção desenvolvida por este órgão em prol dos interesses e para que a unidade do distrito de Aveiro possa ser mantida, disse que isto lhe trouxe à memória e por analogia e, sem querer a comparação com o novo Governador Civil que, segundo este Vogal, estranhamente aceitou ocupar o lugar de Governador de um distrito com o qual não se identifica, pelo menos na sua configuração geográfica, e que muito embora reconhecendo que o actual Governador Civil está legitimamente nomeado por um legítimo Governo, não pode deixar de expressar a sua estranheza, pelo facto de uma entidade que se propôs e pugnou activamente na área política para que o seu concelho se transferisse para outro destino e portanto se iniciasse assim o processo de separação do distrito de Aveiro, se dispusesse a aceitar o cargo de Governador Civil de um distrito com o qual não concorda, com o qual naturalmente se sentirá deslocado, e, por isso, salientou que a ideia que o teria levado a aceitar um lugar destes é para si muito obscura, apesar da sua legitimidade.

Finalmente, interpelou o Executivo no sentido de saber se existem perspectivas de expansão de grandes superfícies comerciais na cidade de Aveiro e ao mesmo quis também saber se estão a ser conciliados os interesses da instalação desses novos investimentos com a perspectiva estratégica que nos parece que foi pacífica de se processar comércio de qualidade na nossa cidade em detrimento de promover o nosso concelho a um paraíso de grandes superfícies.

Neste momento deram entrada na sala os Vogais Élio Maia e Dinis Correia, tendo este último ocupado o seu lugar de Secretário da Mesa.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal António Salavessa, pretendeu ser informado sobre a evolução que teve a situação que motivou movimentações em S. Jacinto em torno do abrigo do cais de embarque, bem como de outras reivindicações dirigidas principalmente à Junta Autónoma do Porto de Aveiro, mas que devido a terem contado com

RS  
a presença do Sr. Presidente da Câmara e com o compromisso de intercessão por parte do mesmo, na altura ficou-se na expectativa de uma solução para todos estes problemas.

No que se refere às grandes superfícies comerciais pretendeu saber qual é a posição da autarquia em relação à instalação de grupos franceses em Aveiro e, conseqüentemente quis saber também qual o ponto da situação relativamente aos trabalhadores da empresa "Casal".

Continuando no uso da palavra, deu nota de que a Associação dos Eleitos Comunistas e outros democratas, decidiu entregar um apoio monetário no valor de quinhentos mil escudos, ao Clube Estrela Azul, acrescentando que tal decisão resulta do facto de entenderem que tem havido discriminação por parte da Câmara Municipal em relação à actividade do Clube, desde a denúncia do caso do "cheque voador". Referiu ainda que através da Acta nº 16/95, da Câmara Municipal, constata-se que a Câmara deliberou atribuir um subsídio de seiscentos contos àquele Clube, contudo, até à data da entrega do apoio da referida Associação, ao Clube Estrela Azul, a Câmara não tinha ainda dado cumprimento à deliberação.

Referindo-se seguidamente à questão do mau tempo que tem assolado o país, disse que tal matéria lhe suscita algumas observações: em sua opinião não há Protecção Civil, nem Municipal, nem Governamental, ou seja Protecção Civil no sentido de algo mais profundo do que a simples ajuda às populações; entendendo mesmo que Protecção Civil deve de incluir o conceito de prevenção e de aviso, pois só assim os prejuízos poderão ser minorados se as pessoas cujos bens foram atingidos, forem devidamente alertadas. Acrescentou ainda que não concebe uma Protecção Civil que não seja capaz de acompanhar os índices de pluviosidade, a evolução dos caudais dos rios, a tabela das marés etc., sem que se alertem também as populações sem alarmismos para os eventuais riscos. Referiu que nada disso aconteceu, enquanto que nalguns países já se começam a prever com algum rigor a possibilidade de terremotos, enquanto que aqui não há ninguém que avise os agricultores dos perigos que são perfeitamente previsíveis se os centros de dados forem devidamente acompanhados e, agora que se fala em termos municipais, em Serviços de Protecção Civil, seria bom que esta questão fosse estudada.



As  
Pereira  
Bento

Relativamente às prometidas obras de regularização do Baixo-Vouga, referiu que há décadas que são prometidas barragens, bem como outras obras e muito embora não queira questionar a justeza ou eficácia técnica de cada uma dessas obras, pensa no entanto que é indiscutível que se faça alguma coisa no âmbito dessa matéria.

Finalmente, e na sequência dos graves prejuízos que se fizeram sentir na região resultantes do mau tempo, considerou ser necessária uma tomada de posição por parte da Assembleia Municipal, apresentando para tanto na Mesa, uma Moção cujo teor a seguir se transcreve:

*"A Assembleia Municipal de Aveiro, na sua reunião de 28.12.95, após tomar conhecimento e ter discutido os efeitos da intempérie que atingiu recentemente a região, delibera:*

*1. Manifestar a sua solidariedade a todos quantos foram vítimas do temporal e subsequentes inundações;*

*2. Solicitar ao Governo a implementação de medidas especiais de apoio a todos quantos tenham sido atingidos, de forma grave, nas suas habitações ou actividades económicas, com prejuízos que, por qualquer razão, não estejam cobertos por seguro;*

*3. Alertar as autoridades competentes, designadamente o Governo, para a necessidade de serem concretizadas infra-estruturas, algumas das quais há muito previstas, que permitam controlar ou minorar os efeitos deste tipo de ocorrência e, em simultâneo, aumentar as nossas reservas de água potável e de energia;*

*4. Recomendar à Câmara Municipal de Aveiro que, no âmbito dos Serviços Municipalizados de Protecção Civil e em ligação com estruturas nacionais similares, estude a possibilidade e a viabilidade de um sistema de acompanhamento e alerta que permita o aviso, a tempo, aos interessados, quando se repitam situações análogas às da passada semana.*

*5. Enviar esta Moção ao Governo, Assembleia da República e Câmara Municipal de Aveiro."*

Seguidamente no uso da palavra o Sr. Presidente da Mesa, perguntou ao plenário se via algum inconveniente em que esta matéria fosse apreciada no final do período de antes da ordem do dia. Uma vez



que ninguém se manifestou contrário a esta sugestão, prosseguiu-se com o referido período.

Vogal José Maria Dias da Silva:

No uso da palavra, começou por dizer que as cheias que se registaram no Baixo Vouga, conduziram a prejuízos vários, nomeadamente à destruição de caminhos vicinais, às margens do próprio Rio Vouga, à Ponte de Vilarinho, situação para a qual já tinha sido alertada a Câmara Municipal de Aveiro no ano transacto, mas que até hoje está exactamente na mesma situação.

Para além destes prejuízos, referiu que há outros que dizem respeito aos proprietários agrícolas, nomeadamente destruição de pastagens, perda de animais, avarias em máquinas, etc., pelo que quis saber se a Câmara irá disponibilizar algumas verbas com vista a minorar tais prejuízos.

Neste momento deu entrada na sala o Vogal Vitor Mangerão.

Seguidamente usou da palavra o Vogal João Barbosa, para referir que diversos Deputados desta Assembleia têm-se deslocado ao estrangeiro em viagem de estudo para tomarem diversos conhecimentos. Visto que estas viagens têm sido em representação desta mesma Assembleia, perguntou se não terá sido esquecimento em dar conhecimento até agora, a este órgão, dos respectivos relatórios.

Prossequindo, sugeriu à Câmara que sensibilize a Associação Comercial de Aveiro para que esta alerte os seus associados, no sentido de terem uma maior cautela com o despejo de lixos na Avenida, aos sábados de manhã, já que esse tipo de comportamento fere o ambiente citadino, não se justificando tal atitude uma vez que no local existem recipientes para o efeito.

A finalizar quis saber se os moradores da freguesia de Vera-Cruz que foram afectados pelas últimas cheias irão a exemplo daquilo que se tem verificado em situações análogas noutras regiões do país, ser compensados dos seus prejuízos.

Neste momento deu entrada na sala o Vogal Vitor Martins.

Usando seguidamente da palavra a Vogal Virgínia da Silva Veiga, começou por dizer que relativamente ao período de antes da ordem do dia gostaria de subscrever as palavras do Vogal Cruz Tavares no que respeita à questão das grandes superfícies; relativamente à Protecção

J  
A  
B

Civil, reforçar a ideia aqui desenvolvida pelo Vogal Salavessa, no que toca à necessidade efectiva de uma Protecção Civil mais activa e sobretudo mais activa preventivamente. Tem havido cheias sucessivas parecendo-lhe estranho que as pessoas não sejam alertadas previamente e se fique um pouco à espera de, depois de acontecerem as coisas, haver uma intervenção por parte do Governo e alguma, ao fim e ao cabo subsídio-dependência ou dependência relativamente a apoios à posteriori. No âmbito dos prejuízos causados pelas recentes intempéries, disse que o Sr. Secretário de Estado Armando Vara, foi claro ao manifestar a intenção de apoiar aquelas situações graves que não estejam cobertas pelos seguros. Relativamente à questão levantada pelo Vogal João Barbosa, disse ser de opinião que lhe cabe também como Presidente da Junta fazer um levantamento da situação no que respeita a prejuízos verificados na freguesia a que preside.

No que respeita à freguesia de Cacia, chamou atenção da Câmara e do Sr. Presidente da respectiva Junta, para a necessidade de se equacionar a questão da Pista de Remo, que integrada no Plano do Baixo Vouga lagunar, a que esta Câmara, como aliás já aqui referiu esse protesto, não tem dado a devida atenção, o que provavelmente poderia evitar os danos que tem havido em Sarrazola. Constantemente, não é apenas este ano, e não apenas para as pessoas, mas também para a própria agricultura e para o gado.

Relativamente à questão das saídas ao estrangeiro, julgo que o Sr. Barbosa deve estar enganado, não houve concerteza, no entanto gostaria que a Câmara explicasse se realmente a referência que foi feita corresponde de alguma forma à verdade.

Referindo-se a uma intervenção do Vogal Cruz Tavares a respeito do actual Governador Civil do Distrito de Aveiro, disse que gostaria de lembrar que foi tornado público por diversas vezes que o Dr. Antero Gaspar tem as suas próprias posições relativamente à regionalização e relativamente ao concelho de Castelo de Paiva, onde sucessivamente e democraticamente foi sempre eleito; referiu que, mesmo durante a reunião dos Estados Gerais do PS nesta cidade, que foi pública e à qual muita gente assistiu, ainda nas funções de Presidente da Câmara, o nosso actual Governador Civil foi claro, como foi o nosso actual Primeiro Ministro, Eng<sup>o</sup> António Guterres, ao manifestar a ideia de que o povo

daquele concelho não quereria, havendo regionalização, estar adstrito a Aveiro propriamente dito, e esta posição foi pública e transmitida como sendo essa a ideia do povo que o elegeu democraticamente e maioritariamente para Presidente da Câmara de Castelo de Paiva; nestas circunstâncias, e salvo o devido respeito, se o nosso actual Governador Civil mantém esta posição, parece, segundo esta Vogal, cordial que qualquer expressão contrária, tenha pelo menos em vista que se trata de uma pessoa que foi eleita pelo povo do concelho e que o povo assim o quis e que correspondeu sempre a essa ideia que é dele. Pode-se aqui em Aveiro não gostar, mas o povo de Castelo de Paiva pelos vistos gosta; disse que a si pessoalmente não lhe agrada, mas pelos vistos ao povo de Castelo de Paiva foi sempre agradando e, portanto, o Primeiro Ministro limitou-se a colocar no Governo Civil uma pessoa que tem ideias que embora não agradem às pessoas do concelho de Aveiro, agradam àquelas pessoas que o elegeram e é uma pessoa duplamente sufragada, como sabem, porque também foi sufragado para Deputado à Assembleia da República.

A finalizar, disse ser de opinião de que em reforço da posição por si assumida já em Assembleia anterior, deveria haver uma Assembleia especial para debater a questão da regionalização e, nesse aspecto, subscrevendo aquilo que julga ser a ideia do Vogal Cruz Tavares, que será sempre concerteza uma ideia de cordialidade e nunca de falar pelas costas, reforçou o pedido de que haja essa reunião especial e, já agora, que o Sr. Governador Civil tenha aqui o direito de se defender.

Vogal Cruz Tavares:

Disse que sobre esta questão do Sr. Governador Civil, não tem dúvidas e que afirmou que o Sr. Eng<sup>o</sup> António Guterres como chefe do Governo teve a legitimidade para fazer a nomeação que fez, entendendo também que foi perfeitamente legítimo que o Sr. Governador Civil tivesse aceite o convite. A Sr<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Virgínia Veiga, refere que o Dr. Antero Gaspar foi realmente sufragado duplamente quer para a Câmara Municipal de Castelo de Paiva, quer para a Assembleia da República, porém não lhe consta que tivesse sido sufragado no concelho de Aveiro. Referiu que está perfeitamente à vontade nesta matéria, porque não conhece o Sr. Governador Civil; disse dar-lhe o benefício da dúvida, tem a sua consideração pessoal e política, só que há uma questão que este Vogal



considera gravíssima, ou seja, não só na atitude de aceitação do cargo como na atitude de nomeação de uma pessoa com aquela postura política para o Governo Civil de Aveiro. Saliou que todos aqueles que estão a acompanhar o problema da regionalização, sabem que há várias teses em confronto e, uma delas, eventualmente a que tem mais força, é a de manter a unidade dos distritos e fazer uma regionalização baseada nos distritos; considerou que, quando se nomeia uma pessoa que frontalmente defende uma tese contrária, estão-se a viciar as cartas, está-se a caminhar para uma via de facto consumado, se o Dr. Antero Gaspar, discorda da distribuição geográfica actual dos distritos, o mínimo que se lhe poderia exigir é que, por enquanto, enquanto Castelo de Paiva não pertencer ao Porto, não aceitasse ser Governador Civil de Aveiro.

Vogal Virgínia da Silva Veiga:

*"Senti-me interpelada directamente, gostaria que o Sr. Engº Cruz Tavares, me esclarecesse se, subscreve ou não a proposta que eu fiz de um debate específico sobre a regionalização e, que um dos convidados seja o Dr. Antero Gaspar."*

Vogal Cruz Tavares:

*"Concordo com todos os debates sobre a regionalização, de resto têm que ser feitos concerteza aqui nesta Assembleia, com todas as pessoas que pertençam à Assembleia, o Sr. Governador Civil não foi que me conste eleito para ter um lugar nesta Assembleia, um lugar interveniente; concerteza teremos muito gosto, pela minha parte não me oporei a que tenha a sua intervenção, mas apenas como membro do público."*

Seguidamente no uso da palavra o Vogal Custódio Ramos, começou por abordar algumas questões relacionadas com o PDM, dizendo nomeadamente que seria bom que a Câmara fosse dando conta a este órgão da experiência já colhida da sua execução, tanto mais que se sabe que já antes da sua publicação em Diário da República, vinha sendo executado, ou pelo menos conciliado, com os pedidos de loteamento, de viabilidade de construção etc.; Disse também concordar com o Sr. Presidente da Junta de Oliveirinha quando este diz que as coisas não estão bem, porém já não concorda quando o mesmo diz que "fomos enganados"; em sua opinião, tem é que efectivamente ver-se que se trata de um instrumento que não é estático, o PDM deve ser melhorado, pois

Handwritten initials: "fj" and "beu" with a signature.

dado alguns erros que este instrumento contém, deve de se começar desde já a anotá-los, a registá-los, bem como colmatar essas lacunas, rectificar todos os erros em que porventura todos nós tenhamos caído, quer a Assembleia, quer a Câmara Municipal, quer as Juntas, não importa quem.

Relativamente à questão da solidariedade que importa manifestar a todos aqueles que sofreram a intempérie dos últimos dias, disse solidarizar-se desde já com a tomada de posição que foi abordada, reservando-se no entanto para uma eventual intervenção posterior sobre esta matéria.

Referindo-se seguidamente à questão levantada em torno do novo Governador Civil disse o seguinte: " O Sr. Dr. Gilberto Madail, desempenhou o mandato pela segunda vez, já que pela primeira vez estava pelo Partido Socialista e, tal como da primeira vez, ele desempenhou o mandato com uma faceta que eu considero muito importante - foi sempre um homem de diálogo, foi sempre um homem defensor da unidade do distrito e regista-se essa qualidade, essa hombridade, mas também importa que sejamos realistas e tiremos a conclusão no sentido de saber o que é que valeu essa defesa da unidade do distrito.

Efectivamente, foi durante o seu mandato que a cidade de Aveiro foi vítima de um autêntico esbulho dos serviços, que foram transferidos de Aveiro para Coimbra, ou seja, de facto, na realidade isso não passou de retórica. E, agora, vem o PSD através do Sr. Engº Cruz Tavares, a lançar aqui a polémica da regionalização...

Eu, não estou de acordo com a Dra. Virgínia, em dois pontos: primeiro, quando ela desafia para um debate sobre a regionalização a agendar por esta Assembleia. Concordaria que, tal como já discutimos o ambiente, tal como já discutimos há dias, Aveiro/presente/passado e futuro, também a Mesa com os líderes parlamentares possa agendar uma Assembleia extraordinária, em que o tema regionalização seja agendado. Agora, em sede formal de Assembleia ordinária, penso que caso o Governo implemente qualquer projecto de regionalização, esta Assembleia será chamada a debatê-lo em tempo oportuno e com toda a liberdade seremos chamados a votar sim ou não tal projecto."

*Antero Gaspar*  
*Sen*

No que toca ao ataque feito ao Dr. Antero Gaspar, queria dizer o seguinte: primeiro, também não concordo com a Dra. Virgínia, quando lhe imputou palavras no sentido de que ele publicamente alguma vez tenha dito que Castelo de Paiva é para sair do distrito de Aveiro. Se ele o pensa não sei..., mas, confesso que já o ouvi falar muitas vezes em público, mesmo até no seu discurso de posse e nunca ele proferiu qualquer ideia nesse sentido, o que não significa que eu abra um parêntese e faça este comentário: não queira também o Sr. Eng<sup>o</sup> Cruz Tavares, dizer já aqui hoje à priori, à Assembleia Municipal de Castelo de Paiva que, quando chegar o dia e a hora para votar este ou aquele projecto, dizer-lhe já qual há-de ser o seu sentido de voto, a Assembleia Municipal de Castelo de Paiva, tal como esta, haverá de ter a sua liberdade e a sua opção e, repudio como é óbvio a ideia que foi transmitida que o Sr. Dr. Antero Gaspar não se identifica com o distrito de Aveiro, é óbvio que se identifica, é um autarca eleito quase desde a primeira hora em que foi plantada a democracia do poder local e, ele identifica-se com o distrito de Aveiro, com toda a região que está enquadrada nos limites correspondentes ao distrito de Aveiro, e portanto são acusações que não têm qualquer cabimento, são injustas e, ele conhece bem não só o concelho de Castelo de Paiva, mas o próprio distrito de Aveiro e com ele se identifica, o que não significa que ele não seja defensor da regionalização, enquanto conceito e, inclusivamente no sentido de a virmos a discutir um dia e a traduzi-la para a prática, só que isto não passa por ele, por propostas dele, passa pela Assembleia da República a quem compete de facto legislar, mas ouvindo os cidadãos deste país, entre os quais todos os Aveirenses."

Vogal Vitor Mangerão:

"Para mim, é-me extremamente antipático verificar que se está aqui a falar tanto do Sr. Governador Civil, e por uma razão, falta abordar alguns equívocos perfeitamente dispensáveis. O Sr. Governador Civil actual, está lá, o Partido Socialista formou Governo e o Sr. Ministro da Administração Interna, do Partido Socialista que está no Governo, tem o direito de nomear quem muito bem entende, quem é a pessoa mais adequada para o lugar. O facto de ele ser um autarca que esteve dois ou três mandatos à frente de um concelho deste tipo e que à frente desse concelho eventualmente tenha manifestado qual a sua opinião pessoal em relação à regionalização, a mim não me afecta nada, não dá nada em



desprimor dele enquanto Governador Civil, peço desculpa mas não vou fazer já uma manifestação de pré-desconfiança em relação ao Governador Civil actual, quanto ao problema da regionalização, quanto a este distrito de Aveiro, e porquê? porque eu acho que neste momento, com este Governo no contexto já pré anunciado da regionalização que este Governo vai propôr a debate nacional, até já há um "timing" marcado, já se aponta por vozes autorizadas do próprio Primeiro Ministro, 97, ou seja, para o ano já a realização de eleições, bem, com um "timing" destes o assunto é mesmo candente, ora, em relação a isto, muito mais do que num passado imediatamente anterior, o Governador Civil será pura e simplesmente o porta-voz do Governo, a opinião que ele enquanto como ex-autarca tinha sobre isto não conta literalmente nada, espero eu, não é um problema de idoneidade dele ou não, é um problema de ordem técnica/política pura e simplesmente; que o Dr. Gilberto Madail durante o seu mandato num contexto de um Governo que era do PSD, por vezes, muitas vezes ou sempre eventualmente, achasse que, para lá também de ser o representante do Governo como qualquer Governador Civil é, e sempre foi assim no sistema administrativo Português, também deveria ser porta-voz dos anseios das populações do distrito, que o Dr. Gilberto Madail defendesse publicamente a unidade do distrito como base em qualquer processo de regionalização que se viesse a concretizar, isso também era legítimo, era a opinião do Dr. Gilberto Madail, no contexto próprio, ele mantém-na hoje, perfeitamente razoável; isto é o razoável da mesma maneira para o actual Governador Civil, depois do debate e depois das decisões que hão-de ser tomadas, se calhar vai ter de engolir a opinião que tinha sobre o distrito de Aveiro; também o Dr. Gilberto Madail se calhar e ao contrário do que aqui disseram teve que engolir aquilo que ele considerava que era o melhor para o distrito de Aveiro porque ia ter um Governo que mandava nele, portanto não vamos para aqui trazer os Governadores Cívicos, não são para aqui chamados para nada. Venha o debate sobre a regionalização! não vão faltar oportunidades, mecanismos e uma ampla discussão sobre a matéria, simplesmente eu não concordo é com uma coisa, é que nós enquanto membros da Assembleia, ou seja, pessoas particularmente responsabilizadas pela intervenção nesse debate e pelo assumir de posições representativas não do distrito, mas do concelho, eu não acho que nos vão bastar as Assembleias formalmente

convocadas para isto, por todas as razões, em primeiro lugar é preciso que se dê o salto qualitativo naquilo que sabemos sobre a problemática da regionalização para lá daquilo que pensamos que já sabemos e, isso não se consegue no debate nesta Assembleia, porque esta Assembleia não é propriamente um forum para pedagogias, muito menos para didactismos, eu penso que é preciso, que é obrigação nossa promover à margem das Assembleias formais qualquer coisa que nos elucide um bocado mais, e depois que venha o Governador Civil se por acaso fôr um orador capacitado para falar sobre o assunto, porque pode não ser... e, eu até digo, aqui, no mínimo, Secretário de Estado e Técnicos competentes das Direcções Gerais dos Ministérios, além de pessoas independentes que as há, o Governador Civil para mim é quem menos conta nisto, salvo o devido respeito."

Vogal António Salavessa:

" Eu não queria trazer de facto o Sr. Governador Civil para esta Assembleia, nomeadamente o Governador Civil cessante, Dr. Gilberto Madail, mas tendo sido feitas tantas referências eu não posso deixar de afirmar-lhes publicamente a minha discordância em relação às apreciações que foram feitas. O Dr. Gilberto Madail, não se trata portanto de nada pessoal, trata-se de uma consideração que tem a ver com o exercício de um determinado cargo político, o Dr. Gilberto Madail, enquanto Governador Civil, no entender do PCP, foi sempre a cortina de fumo, muitas palavras, atrás da qual se encobriu a efectiva desvalorização do distrito. Mais de uma vez afirmámos que o mínimo de coerência de alguém que tanto defendia a unidade e a importância do distrito, teria levado ao pedido de demissão, quando a Administração Regional de Saúde foi desvalorizada, ou quando do Centro Regional de Segurança Social, foi desvalorizado, ou quando o Banco de Portugal fechou, etc, etc. Mas, o que é mais grave, é que esse Governador Civil mentiu a esta Assembleia Municipal; quando estava consumada a divisão do distrito do ponto de vista da Educação entre Aveiro Norte e Aveiro Sul, o Dr. Gilberto Madail escreveu a esta Assembleia a afirmar o contrário, tendo sido depois esclarecida a situação através de documentos apresentados e que constam das actas anteriores. Portanto este acto, eu não posso perdoar, a mentira deliberada a uma Assembleia Municipal para mim não é possível de qualquer esquecimento,

por isso mesmo não compartilho das opiniões aqui expressas em relação ao Dr. Gilberto Madail.

Quando ao tema da regionalização, temos mecanismos no Regimento para fazer a tal Assembleia extraordinária, a tal Assembleia especial, convidando oradores, portanto é um tema passível de ser abordado numa reunião deste tipo."

Usando seguidamente da palavra o Sr. Presidente da Mesa, informou que em relação à interpelação à Mesa, feita pelo Vogal João Barbosa, no que se refere aos relatórios de elementos da Assembleia Municipal que se deslocam ao estrangeiro, disse lembrar-se apenas terem sido convidados oficialmente para duas deslocações: uma para o norte de Itália, a que não foram, e a outra a Inglaterra, à qual foi o Sr. Dinis Correia, em representação da Assembleia; muito embora não se tenha apresentado relatório inerente a essa deslocação, entende que futuramente em situações análogas seja prestada informação a esta Assembleia.

Seguidamente desejou um bom ano a todos os presentes e ausentou-se da reunião por motivos de carácter profissional, assumindo as suas funções o Primeiro Secretário, tendo também sido chamado para a composição da Mesa, o Vogal Artur Lobo.

Imediatamente a seguir usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara, que começou por prestar esclarecimentos relativamente ao monumento ao "Marnoto", dizendo que irão ser corrigidas algumas deficiências verificadas no mesmo e que dentro em breve o referido monumento funcionará em pleno.

Quanto ao Plano Director Municipal, disse que a Câmara também comunga das preocupações manifestadas por alguns membros desta Assembleia, esclarecendo todavia que não houve por parte da Câmara um engano propositado relativamente a esta matéria, mas há antes da parte da Câmara e dos Serviços toda a disponibilidade para corrigir matérias que se entendam que estão mal; acrescentou que se vai fazer um inventário de todas essas situações, a Câmara irá estudá-las, debatê-las e naturalmente propôr alterações.

Relativamente às grandes superfícies comerciais, informou que entretanto surgiu o pedido para a instalação de uma grande superfície do género, atrás do hipermercado Feira Nova, salientando porém que não



há ainda da parte da Câmara Municipal qualquer decisão quanto a essa matéria. Acrescentou também que, de há dois anos a esta parte foi apresentada uma proposta de um outro grupo francês "Le Clerc", que neste momento está em grau adiantado de elaboração, cuja implantação se situa na zona das Glicínias, em Aradas.

No que diz respeito à movimentação da população de S. Jacinto, informou que a mesma se deve à falta dos abrigos para os utentes das lanchas da Transria, referindo ao mesmo tempo que a Câmara está disposta a colaborar na resolução deste problema.

Relativamente às inundações e à Protecção Civil, referiu que o Sr. Vereador Albuquerque Pinto, participou directamente e viveu algumas horas de angústia na zona da Beira-Mar, procurando inventariar aquilo que se estava a passar, liderando posteriormente uma reunião logo a seguir a esta grande inundação, no sentido de contabilizar os danos com vista a possíveis compensações por parte da Secretaria de Estado da Administração Interna, a qual oportunamente se disponibilizou a estudar o assunto e a dar compensação pelos danos causados, essencialmente para a zona de Águeda. Continuando no uso da palavra, considerou que a Câmara deve executar aquilo que se decidir nesta Assembleia em termos de intervenção e junto dos Ministérios respectivos, uma vez que é de opinião que tal matéria discutida apenas entre os órgãos autárquicos e a JAPA não será bastante para solucionar este problema dada a escassez de meios financeiros e equipamento por parte da JAPA para resolver este problema que se agudiza dia a dia, sendo de opinião também que a Associação de Municípios da Ria, que até aqui se tem dedicado ao saneamento, devia de agarrar esta vontade que aqui foi expressa como preocupação e naturalmente colocar o assunto superiormente com vista ao diálogo e à solução de todos estes problemas.

A finalizar prestou ainda vários esclarecimentos relativamente às várias questões que foram levantadas, nomeadamente quanto ao mau estado em que se encontram os caminhos nas freguesias, inclusivamente Cacia, como também sobre problemas relacionados com a recolha de lixos na cidade.

Ainda sobre a construção de Pavilhões Gimnodesportivos, nas Escolas do concelho, referiu que se fôr definido pela Direcção Geral de Educação a construção de um Pavilhão em S. Bernardo, ele será

construído, ou seja os Pavilhões serão construídos tendo em conta a definição de prioridades por parte da Direcção Geral de Educação, salientando contudo que não gostaria que ficasse qualquer das Juntas de Freguesia a pensar que o Presidente da Câmara está a dar prioridade a esta ou aquela freguesia, isto porque a Câmara está dependente de 80% das verbas da Administração Central. Em suma, referiu que a Câmara Municipal vai lutar pela construção dos Pavilhões para todas as Escolas do concelho, assumindo para com a freguesia de S. Bernardo a mesma posição que tinha antes, porque a correcção que foi feita no Plano de Actividades não invalida que não se construa um Pavilhão na freguesia de S. Bernardo.

Entretanto saíram da sala os Vogais Carlos Santos, Vitor Martins e Manuel Simões Madail.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa deu por encerrada a primeira parte dos trabalhos, seguindo-se um intervalo para o jantar.

## 2ª PARTE

Pelas 22,15 Horas, retomaram-se os trabalhos com a presença dos seguintes membros: Presidente em substituição do titular do cargo, António de Sousa Dinis Correia, Primeiro Secretário, João Gabriel Ferreira Santos e Segundo Secretário, Artur Lopes Lobo e com os Vogais, Manuel Rodrigues Simões, Fernando Tavares Marques, Manuel Arede de Jesus, José Ferreira de Almeida, Manuel Branco Pontes, Élio Delgado da Maia, Manuel Rodrigues Bolais Mónica, Jorge Manuel do Nascimento, João Pedro Simões Dias, Diogo Manuel Soares Machado, José Alberto Martins de Carvalho, José Maria Dias da Silva, João Tavares Duarte, Armando Manuel Dinis Vieira, Vitor Manuel da Silva Martins, Artur da Rosa Pires, Vitor Manuel Cepeda Mangerão, Carlos Manuel da Silva Santos, Olinto Henrique da Cruz Ravara, Manuel Ferreira da Cruz Tavares, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Custódio das Neves Lopes Ramos, Virgínia Celeste da Silva Veiga, João Alberto Simões Barbosa e António Manuel dos Santos Salavessa.

Verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais, Manuel Simões Madail, Rogério da Silva Leitão, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, José Arménio Sequeira Pereira, Joaquim dos Santos Abreu, Francisco Manuel Alves da Costa Braga, Joaquim António Calheiros da Silveira, Raul Ventura Martins, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Fernando António Portela Rocha Andrade, João Ferreira da Peixinha e Libério da Silva Santos.

Seguidamente retomou-se a apreciação e discussão da Moção apresentada à Mesa na primeira parte da reunião.

Vogal Olinto Ravara:

*"Sr. Presidente, eu gostava apenas de introduzir um ponto prévio. Gostava de perguntar ao Sr. Salavessa, se ele aceita que esta Moção, antes de ser submetida à votação, que a mesma seja subscrita por outras bancadas?"*

Vogal António Salavessa:

*"Claro que aceito, não faço qualquer questão que outro membro desta Assembleia a subscreva."*

Imediatamente a seguir o Sr. Presidente da Mesa, fez uma breve interrupção dos trabalhos, para que os Vogais desta Assembleia que estiverem de acordo com a referida Moção a possam subscrever.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa submeteu à votação do plenário a admissão da Moção, tendo a mesma sido admitida à discussão por vinte e oito votos a favor e uma abstenção.

Vogal Virgínia da Silva Veiga:

*"Relativamente à Moção proposta, e sintetizando os seus diversos pontos, a proposta apresentada pretende manifestar solidariedade, o que em meu entender é uma coisa bonita, mas inócua. Por outro lado, pede à Câmara que reforce a sua actividade de Protecção Civil, no sentido da prevenção mais activa, finalmente razão pela qual não a poderia subscrever, é porque pede ao Governo duas coisas: por um lado que apoie as pessoas que tiveram mais problemas; por outro, que se comprometa a concretizar algumas infraestruturas necessárias a que isto não aconteça mais; ora, neste aspecto não é nada inovador, porque se limita também a reforçar a posição pública assumida há dias pelo Secretário de Estado do actual Governo, mas, como é uma proposta simpática, uma Moção simpática, e porque ainda por cima o Sr. Salavessa,*



teve aliás, mais uma vez a delidadeza de a deixar subscrever e apresentar não apenas pelo Partido Comunista, mas por outros democratas, evidentemente que terá o meu voto favorável." As  
[Handwritten signature]

Vogal Olinto Ravara:

"Sr. Presidente, face aos problemas vividos nestes últimos dias com as cheias, por todos testemunhada pessoalmente e através dos órgãos de Comunicação Social, aliás é um fenómeno que não é novo, já o ano passado nós tivemos graves problemas com a inundação dos campos de Eirol e de Eixo, portanto é uma calamidade que é cíclica, mas que importa de facto equacionar e alertar e daí o mérito desta Moção, não é inócua de maneira nenhuma, mas traduz a nossa forma de sentir e a nossa sensibilidade perante os órgãos competentes, nomeadamente o Governo e a Assembleia da República, e também a Câmara Municipal, de que deve de facto envidar todos os esforços para que estes problemas venham a acabar de uma vez por todas, é nesse sentido a acção de sensibilização e de solidariedade para com aqueles que sofreram os problemas destas cheias, que eu tive muita honra em subscrever e naturalmente voto a favor da Moção."

Vogal Manuel António:

"Também gostava de dizer que concordo com esta Moção, nunca é demais relembrar que há uma série de obras que são necessárias fazer para regularizar todo o Baixo-Vouga, e que quanto mais tarde as fizermos pior será.

Gostaria se fosse possível, de dar uma achega no ponto 3 e no ponto 5, quando se diz "alertar as autoridades competentes, designadamente o Governo", eu punha também: a Associação dos Municípios da Ria. Penso que a Associação dos Municípios da Ria podia ser uma fonte de pressão para que as obras de regularização do caudal do Vouga e todo o Baixo-Vouga, pudesse ser levada a efeito; aliás, penso que a Associação dos Municípios da Ria, tem tido algumas acções nesse sentido. No ponto 5, mais uma vez eu reforçaria quando se diz: "enviar esta Moção ao Governo, Assembleia da República", acrescentaria, Associação dos Municípios da Ria e Câmara Municipal de Aveiro. Penso que havendo uma estrutura supramunicipal que pudesse defender todos estes interesses, penso que seria melhor, e quantos mais formos a defender aquilo que é expresso aqui nesta Moção, melhor."

Presidente da Mesa:

"O que o Sr. Dr. está a propôr, é uma proposta de aditamento a esta Moção. Deveria de ser apresentada à Mesa por escrito e depois seria votada a seguir à votação da Moção. Assim, será muito difícil concretizar-se a proposta que está a fazer."

Vogal Manuel António:

"Eu gostaria de ouvir outros membros da Assembleia, se são receptivos ou não a esta proposta de aditamento. Se forem receptivos eu fá-la-ei por escrito. Caso não sejam receptivos ficava por aqui."

Vogal Armando Vieira:

"Sr. Presidente, concerteza que todos nós estamos preocupados e o assunto é demasiado sério, com o resultado das recentes chuvas no país. As populações do Baixo-Vouga, sofreram e continuarão a sofrer se nada fôr feito, as consequências destas situações cíclicas e que devem ser motivo de preocupação para todos nós. Mas, se no campo dos princípios eu estou de acordo com a Moção, não a subscrevo dado ser concerteza desagradável ao Sr. Salavessa e aos outros democratas que citou, estar junto com os reaccionários, como o Partido do Sr. Salavessa agora nos apelida, daí não subscrever a referida Moção."

Vogal Cruz Tavares:

"Sr. Presidente, eu estaria tentado a prescindir da palavra, porque não queria ser desagradável e, o assunto realmente é muito sério, muito delicado e suponho que até é incontroverso. A Moção não merece contestação, é consensual; talvez insuficiente porque há mais catástrofes além daquelas provocadas pela chuva e não estamos infelizmente livres delas. Agora a forma, incomoda-me um bocadinho, não quer dizer que queira julgar aqui quem é democrata e quem não é, mas não queria colaborar na fase actual do PCP, que é realmente de se converter a uma espécie de Confraria de S. Vicente de Paulo, não aceito isso, tenho boa memória e quero lembrar todos os membros desta Assembleia que, há cerca de vinte anos, 90% dos Portugueses, éramos reaccionários e fascistas! as primeiras eleições que a muito custo houve neste país, deram como resultado que só 11% eram do PCP, os outros democratas eram cerca de 90%. Portanto eu não quero colaborar nesta tentativa que acho legítima, que está feita no bom caminho de transformar o PCP numa Irmandade de Defesa dos Pobres e Ofendidos, porque na altura em que

estiveram próximos do Poder, através de flores, do mesmo tipo, da mesma cor, todas enfiadas em canos de espingardas, que além das flores tinham cartucheiras, nós não éramos democratas, e portanto só por isso votarei favoravelmente a Moção, mas estou frontalmente contra este processo que repudio."

Vogal Jorge Nascimento:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados, vou pronunciar-me evidentemente sobre a Moção, acho que não devo exorbitar sobre a materialidade da Moção, creio que já foi dito, não trago nada de novo, tal como a Moção, porque ela é consensual, pois todos temos o nosso sentimento de solidariedade, mas creio que ela tem algum mérito, muito mérito aliás, quando apela para a necessidade de se prevenirem situações do tipo da agora verificada. Penso também que a Moção nesse aspecto se tem alguma utilidade, também tem o seu quê de inócua, porque as instâncias do poder, este e o anterior, porventura em situações deste tipo não vão ficar alheias a esta situação; por isso não deixa de ser útil e, nesse sentido estou inteiramente solidário com a Moção e com as pessoas e com as referências que lá são feitas e nesse sentido vou votar a favor."

Vogal João Barbosa:

"Sr. Presidente, visto que presido à Freguesia da Vera-Cruz, a freguesia mais afectada pelas cheias no concelho de Aveiro, não podia ficar indiferente a esta Moção e, sendo assim apoiarei positivamente."

Vogal Diogo Machado:

"Não querendo por imperativo de consciência votar contra esta Moção e, não querendo também entrar em campos de discussão complexos como o da democracia e anti-democracia, gostaria de, para além do que aqui está escrito e no seguimento daquilo que fez o Dr. Manuel António, propôr um aditamento que já passei a escrito e que entregaria na Mesa, sem prejuízo daquilo que aqui está escrito, porque penso devia ser ressaltado nesta Moção, todo o esforço, todo o empenhamento das várias autoridades envolvidas neste processo; gostaria de informar o Sr. Salavessa de que o aviso que ele se referiu na primeira intervenção desta noite, foi feito com um dia de antecedência, e que grande parte das populações não quiseram abandonar as suas casas, os seus haveres, e que o esforço desempenhado a seguir, teve que ser um esforço na tentativa de minorar os prejuízos; portanto foram ressaltadas as



duas situações, foi feito o aviso, não tendo as populações respondido a esse aviso, tudo foi feito para tentar minorar os prejuízos das populações envolvidas; portanto eu faria um aditamento se a Assembleia não se pronunciasse em contrário."

Presidente da Mesa:

"Sr. Diogo, iria pôr um problema à Assembleia, porque neste momento a Mesa tem determinadas dúvidas em relação à legitimidade de uma Moção ter aditamentos. Penso, e aqui terá havido um lapso da Mesa, quando há pouco em relação ao Sr. Dr. Manuel António falou num aditamento, tenho sérias dúvidas de que seja possível propôr aditamentos a Moções."

Vogal Custódio Ramos:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados, do ponto de vista substancial esta Moção não acrescenta nada à actuação que já foi encetada por um membro do Governo que se deslocou à região e que trabalhou com os Presidentes das Câmaras, se não estou em erro, também com a Câmara de Aveiro, com a Câmara de Águeda e outras circunvizinhas e, se bem me recordo por aquilo que li na Imprensa, ficou acordado com o Governador Civil que seria feito um levantamento junto com as Câmaras, tendo em vista colmatar estes objectivos que estão contidos nesta Moção e porventura outros mais além, de acordo com os conhecimentos e a avaliação que será feita nestes dias pelas diversas Câmaras. Daí que, por um lado, isto não acrescenta efectivamente nada à actuação do Governo, dizermos porém que, o texto nos merece reservas, penso que não vale a pena, quando muito será reavivar, será dizer às populações que também nós que fazemos parte de um órgão representativo democrático do concelho de Aveiro, também nós estamos solidários com eles, também nós estamos atentos às suas infelicidades, à perda de haveres e como tal sendo nós uma componente importante do poder local, penso que não é inútil manifestarmos esta solidariedade no sentido de lhe dizermos: "estamos atentos". E, também repito que, não obstante o Governo já ter feito esta intervenção, não obstante as Câmaras e o Sr. Governador Civil, também não é por demais alertarmos essas entidades.

Quanto à questão formal que é a que está aqui a discutir-se, uns sugerindo que se acrescente isto ou aquilo, a questão é esta: o autor ou autores, na medida em que já há vários subscritores, inventaram este

texto, é óbvio que se fosse eu a redigir não faria assim, como também sei que se fosse outro membro desta Assembleia não faria exactamente assim, mas no fundo isto não merece a meu ver qualquer observação especial.

Quando se sugere que se meta também a Associação dos Municípios da Ria, isso é inócuo, porque esta Câmara faz parte da Associação, nós ao dizermos recomendamos à Câmara de Aveiro, estamos a dizer que por todos os meios ao seu alcance, incluindo as Associações que integra, e a dos Municípios da Ria, é uma delas, entre outras, através delas deve desenvolver todos os esforços tendentes a minorar os prejuízos, portanto penso que não merece qualquer cabimento essa sugestão.

Já no que toca a alertar os Serviços Municipais de Protecção Civil que em ligação com outras estruturas nacionais, eu aí diria, faltam cá as estruturas regionais, mas também não é importante porque é óbvio que também a Câmara Municipal com os seus Serviços Municipais, fazem parte da pirâmide desse serviço regional.

Por último, outra questão formal: alertar e enviar a Moção à Assembleia da República, e aí eu pergunto para quê? para o Governo tudo bem! é um órgão Executivo, agora à Assembleia da República para quê? então podíamos também pôr o Sr. Presidente da República, podíamos pôr outras coisas mais; mas também não vejo mal nenhum que esteja cá a Assembleia da República. Agora alertar o Governo e enviar a Moção ao Governo, eu pergunto a que Ministério? aí já é importante saber, e eu diria através do Governador Civil, mas isso são tudo questões formais que depois a Câmara será competente para dar a devida sequência e, a meu ver, não vale a pena estarmos a matraquear esta Moção, deixá-la passar tal como está, porque de outra maneira nem à manhã se vamos a discutir Português temos um consenso no seio desta Assembleia."

Vogal Virgínia da Silva Veiga:

"É só para dar duas informações, ao que consta estará cá amanhã na zona do Baixo-Vouga lagunar, o Secretário de Estado da Agricultura, que vem tomar nota da situação, portanto, parece-me a pessoa ideal para a Câmara entregar a proposta que concerteza será aprovada.

*fr*  
*Paul*  
*deu*

Por outro lado, ainda no seguimento da intervenção do Sr. Custódio Ramos, parecia-me também importante que, já agora, além do Ministério da Agricultura, fosse também especialmente alertado o Ministério do Ambiente, uma vez que parece haver informações no sentido de que algumas medidas que estariam em curso de aprovação para desassoreamento da Ria e outras que poderiam potenciar a inexistência deste tipo de cheias, poderão neste momento estar a correr algum risco, por algumas dificuldades de verbas."

Presidente da Mesa:

"Posto isto, duas soluções se podem adoptar, ou se passa à votação ou se interrompem os trabalhos por cinco minutos para a Moção ser reformulada. Agora, pessoalmente eu entendo uma coisa, é que, a Moção que foi admitida foi esta, portanto, formalmente se ela fôr alterada teríamos que voltar ao princípio."

Vogal António Salavessa:

"Não quero fazer qualquer juízo de intenção, mas penso que será de exigir nesta e em qualquer matéria, a mesma atenção a uma Moção que toca um assunto concreto da nossa região que é dada a qualquer outro; penso que não devemos olhar para as propostas de tomada de posição pelo critério de quem as apresenta, acho que, se avançamos por esse caminho, que estamos a caminhar de uma forma muito errada. No concreto, quando o Sr. Dr. Nuno Tavares, há uns anos atrás apresentou uma proposta sobre as acessibilidades dos deficientes no concelho, por esse tipo de raciocínio, eu deveria pôr em causa a minha posição em relação às acessibilidades dos deficientes, porque vinha do tal partido dos reaccionários, porque vinha do PSD. Portanto não tive esse critério nessa altura, como não tive esse critério nunca nesta Assembleia, cada matéria foi sempre apreciada em função do seu conteúdo, não em função do seu proponente. Quando iniciei a minha actividade nesta Assembleia, disse que a minha atitude aqui inseria-se sempre de acordo com os interesses dos munícipes do concelho, só peço às pessoas para terem o mesmo tipo de comportamento em relação às propostas que não são exageradas, nem são muitas, nem são de massacrar, mas que por vezes o PCP apresenta aqui através deste representante que têm na Assembleia Municipal.



H  
P  
B  
C

*Em relação a outras questões que foram colocadas, apesar de alguma preocupação do Sr. Custódio Ramos, em salvaguardar as posições do Governo, eu agradeço-lhe os contributos que trouxe para a discussão, porque do ponto de vista da forma, eu subscrevo totalmente a intervenção que proferiu."*

**Vogal Carlos Santos:**

*"Sr. Presidente, sou de opinião que esta Moção deveria de ser votada conforme está e, dir-lhe-ei porquê: porque esta Moção foi profundamente ofendida, disseram que a solidariedade que era inócua, chamaram-lhe simpática à Moção; aquilo que se pode dizer acerca de uma pessoa, o pior que se pode dizer, é que uma pessoa é simpática; esta Moção na minha opinião não é uma Moção inócua, na minha opinião é uma Moção higiénica, perfeitamente normal e que tem virtualidades, foi um problema sentido, eu não concordo com alterações, até porque esta Moção já foi subscrita por várias pessoas, penso que deveria ser votada."*

Não se registando mais intervenções o Sr. Presidente da Mesa submeteu a Moção à votação da Assembleia tendo a mesma merecido aprovação por vinte e seis votos a favor e três abstenções, sendo duas do PP e uma do PSD.

**Seguiram-se declarações de voto dos seguintes Vogais:**

**Do Vogal Sequeira Pereira, nos seguintes termos:** - *"Abstive-me, não porque não seja solidário com a tristeza que todos constataram mesmo através da Televisão, mas porque o assunto principal não foi debatido. Continuamos a deixar seguir a água para o mar, sem a aproveitar. É preciso fazer barragens, é preciso combater os ecologistas, os homens dos passarinhos e essas coisas todas e fazer barragens; reter a água e aproveitá-la, isso é que é necessário fazer."*

**Do Vogal Armando Vieira, nos seguintes termos:** - *Sr. Presidente, votei a favor pelas razões que há pouco expus, mas repudio o ar de ofendido do Sr. Salavessa, em relação aos conceitos de posição política, até porque se há alguém que ofende alguém, acho que sou tão democrata como V.Ex<sup>a</sup>, é o PCP que me chama reaccionário a partir de há uns dias a esta parte, todos os dias."*

**Do Vogal Diogo Machado:** - *"Votei a favor desta Moção, porque também não a considero inócua, nem simpática; considero-a oportuna, mas com uma lacuna; é exactamente para colmatar essa lacuna*

que eu entreguei na Mesa uma Moção que não é alternativa, mas sim complementar."

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa leu uma Moção apresentada à Mesa pelo Vogal Diogo Machado, cujo teor se transcreve: -

*"A Assembleia Municipal de Aveiro, reunida no dia 28.12.95, deliberou um louvor a todas as entidades envolvidas no desastre natural que afectou o concelho de Aveiro, nomeadamente os Bombeiros desta cidade, a GNR e o Serviço Nacional de Protecção Civil, pelo esforço e empenho demonstrados no e ao serviço das populações."*

Imediatamente a seguir o Sr. Presidente da Mesa, submeteu a referida Moção, à admissão do plenário para discussão, tendo a mesma sido admitida por vinte votos a favor, sendo catorze do PP, cinco do PSD e um da CDU; cinco votos contra, sendo quatro do PSD e um do PS; quatro abstenções, sendo duas do PSD e duas do PS.

Aberta a discussão, usou da palavra o Vogal Diogo Machado:

*"Sr. Presidente, só para frisar mais uma vez que realmente a Moção não pretende em nada minimizar a Moção aqui apresentada pelo Sr. Salavessa e subscrita por outros membros desta Assembleia, a qual eu mesmo votei favoravelmente, mas penso que vai colmatar uma lacuna, que é um louvor às entidades que tão abnegadamente participaram no socorro às populações deste concelho."*

Vogal Virgínia da Silva Veiga:

*"Já que admitiram a Moção, eu não, sou das que votou contra, queria apenas declarar o seguinte, especialmente para o Sr. Diogo Machado: - de facto você não é burro, mas nós também não."*

Vogal Cruz Tavares:

*"Já que se falou neste problema da Protecção Civil, suponho que todos tiveram acesso à informação de que o nosso país tem gravíssimos problemas de funcionamento de Protecção Civil, nomeadamente veio a público que nos dias de maior intensidade de chuva, os Serviços de Protecção Civil estavam fechados ao sábado e ao domingo, excepto em Lisboa e Porto; portanto, quando se fala neste assunto tem que se falar em tudo; o nosso sistema de Protecção Civil está deficientíssimo, é um sistema que está ao nível do Terceiro Mundo, não tenhamos ilusões. Em Aveiro conheço as pessoas ligadas ao Serviço, são abnegadas, são dedicadas, mas o panorama nacional neste aspecto é*

precaríssimo; não sei se estamos a prestar um mau serviço votando aqui um louvor a um Serviço que é reconhecidamente deficiente."

Vogal Nuno Tavares:

"Eu creio ter compreendido o sentido da declaração da nossa colega Dra. Virgínia Veiga, e, em certa medida concordo, se penso que o alcance era esse, concordo; só que, também há uma coisa, em primeiro lugar indiferentemente do que afirmou o nosso querido amigo Eng<sup>o</sup> Cruz Tavares, o apoio, o encarecimento da acção, não é feito aos Serviços, mas sim às pessoas, segundo eu me pude aperceber. Em segundo lugar, queria dizer o seguinte, tive o privilégio de durante alguns anos ter privado com os responsáveis no distrito pelo Serviço de Protecção Civil; acontece que um deles é pai de um colega nosso aqui da bancada, pessoa que eu tenho em altíssima estima e consideração, bem como o Sr. Major Gonçalves, são pessoas que eu fiquei a admirar profundamente, na medida em que nas alturas em que todos nós nos dedicamos às férias e aos tempos livres, são pessoas sacrificadíssimas, que não têm horários para coisíssima nenhuma, sempre num esforço muito grande ao serviço do próximo, das populações do nosso distrito e, agora mais uma nas cheias, segundo eu julgo ter conhecimento, verificou-se exactamente o mesmo. Portanto, se o sentido da Moção como eu julgo que é apoiar e agradecer às pessoas envolvidas no combate, o meu apoio é inequívoco e total."

Vogal Carlos Santos:

"É evidente que eu reconheço que os Serviços de Protecção Regional actuaram e foram diligentes, e, enfim, as populações no meio das aflições não ouvem, não escutam, temos que ser mais persuasivos e de facto a Moção anterior, na minha opinião já contempla um pouco os Serviços de Protecção Regional, quando no ponto quatro a Moção anteriormente aprovada diz: recomendar à Câmara Municipal de Aveiro, no âmbito dos Serviços Municipais de Protecção Civil, quer dizer, este ponto quatro já abrange perfeitamente os Serviços de Protecção Civil Local que existem e que funcionaram e que dificilmente poderiam fazer mais. Quando eu votei contra a admissão desta Moção, é porque eu de facto penso que esta Moção diminuiu um pouco a Moção que anteriormente aprovámos."

Vogal João Barbosa:

"Sr. Presidente, acho que este louvor às entidades que participaram no apoio à catástrofe que aconteceu de 25 para 26, tem razão



de ser e, tem razão de ser porque eu até referindo-me à Protecção Civil Regional do concelho de Aveiro, eu presenciei pessoalmente que a partir das 5 horas da manhã, estiveram alerta, deslocaram-se aos locais e andaram a ver in loco tudo aquilo que aconteceu, portanto acho que realmente é merecido este louvor."

Vogal Custódio Ramos:

"Eu vou ser favorável à votação desta proposta, porque efectivamente abnegação das pessoas que trabalham nesta área merece uma palavra de reconhecimento dos cidadãos e daqueles como nós que representam esses cidadãos. Todavia votei contra a admissão da mesma proposta, porque ele devia ter sido apresentada aquando da apresentação das propostas no momento próprio e, só por este desfasamento é que me opus à sua admissão."

Não se registando mais intervenções o Sr. Presidente da Mesa submeteu a Moção à votação do plenário, tendo a mesma merecido aprovação por vinte e quatro votos a favor, dois votos contra, sendo um do PSD e outro do PS e três abstenções do PSD.

Terminado o período de antes da Ordem do Dia, entrou-se de imediato na:

### ORDEM DE TRABALHOS

#### PONTO Nº 1 - COMUNICAÇÃO ESCRITA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Nota: - A Comunicação acima referida, foi já distribuída por todos os membros desta Assembleia, pelo que a mesma faz apenas parte integrante do original desta acta.

Seguidamente no uso da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal, fez a apresentação do documento em epígrafe e colocou-se

também à disposição dos membros da Assembleia para eventuais esclarecimentos.

Usou também da palavra o Sr. Vereador Vítor Silva para fazer o ponto da situação relativa aos Serviços Municipalizados.

Seguidamente usou da palavra o Vogal Carlos Santos, para referir que de uma forma geral gostou das intervenções dos elementos da Câmara Municipal de Aveiro, todavia disse que gostaria de dizer o seguinte: *"muitas vezes quem é Presidente de Câmara e com a natureza dos problemas com que se debate, há determinadas questões que passam um pouco à sua margem e, o objectivo da minha intervenção seria sensibilizá-lo um pouco para estas questões que naturalmente o preocuparão também. Referiu-se a alguns problemas do centro da cidade, falou no edifício da Capitania, a ideia que eu tenho é que, a Direcção Geral da Marinha não vai abrir mão daquele edifício, quere-o mesmo para ela e que é um edifício muito importante para a Direcção Geral da Marinha, julgo que já terá havido possibilidades da Câmara ficar com aquele edifício, hoje julgo que cada vez é mais difícil, eu tenho esta ideia, não sei se esta ideia estará bem correcta, acho positiva a sua ideia de resolver os problemas da Avenida Central e daqueles edifícios que estão juntos ao Museu, tal como considero positivo que se resolva o problema da carreira de tiro de Esgueira; mas há pequenas coisas que marcam uma cidade, uma das coisas que marca uma cidade positiva ou negativamente são as entradas na cidade, nós temos duas entradas na cidade que são feias e que marcam negativamente quem entra na cidade, por exemplo a entrada da Forca, tal como a entrada na cidade junto aos Lacticínios de Aveiro, isto que eu estou a dizer não é fácil de ser solucionado, mas se houvesse alguma sensibilidade, algum bom gosto para melhorar isso um pouco, julgo que estes aspectos eram importantes, bem como os muros do Canal das Pirâmides e a beneficiação desses muros, muita atenção a essas questões e ver se os Srs. não deixam ficar para trás estas coisas que parecem pequenas, mas são muito importantes para quem vem visitar a nossa cidade."*

Vogal Cruz Tavares:

*"O Sr. Presidente da Câmara, referiu e muito bem que o Plano Estratégico da Cidade de Aveiro está andar, e está de facto andar, houve algumas pessoas da cidade e algumas pessoas desta Assembleia que*

foram ouvidas pelos autores desse Plano Estratégico; devo dizer que essas pessoas tanto quanto eu sei limitaram-se a dar informações, a transmitir experiências, era bom que não se criasse a ideia que, desde já existe uma participação, uma colaboração desses elementos com os autores do Plano Estratégico, na medida em que é claro que nenhum desses elementos que contactaram a equipa que trabalha no Plano Estratégico, tiveram qualquer tipo de retorno, em relação às informações e à colaboração que deram, e isto apenas, para pedir ao Sr. Presidente que se de facto é ideia da Câmara e é ideia do Gabinete do Plano Estratégico colaborar ou tentar continuar este tipo de colaboração, é necessário que o processo não se limite há recolha de opiniões, fase de onde ainda não passou, e se de facto desejarem alguma colaboração activa da Assembleia Municipal, é necessário que haja um retorno, que haja uma interacção entre as pessoas que forem consultadas e a própria equipa do Plano Estratégico.

Um outro assunto que o Sr. Presidente abordou, foi a intenção de publicar uma brochura sobre o PDM, é minha opinião que, desculpe-me Sr. Presidente, não vale a pena para já, uma vez que o PDM, como foi na altura demonstrado, não é um bom Plano, não está a servir os objectivos que nós pretendíamos e suponho que a publicação de uma brochura seria muito oportuna logo que houvesse uma primeira revisão do PDM e que fossem contempladas todas as objecções que até agora já têm sido produzidas relativamente ao texto nele incluído."

Vogal Armando Vieira:

"Sr. Presidente, queria aqui fazer um comentário que vem no seguimento daquilo que afirmou o Sr. Eng<sup>o</sup> Cruz Tavares, sobre a brochura do Plano, estou plenamente de acordo e pedia ao Sr. Presidente da Câmara que não fizesse tal, porque só se fazem brochuras e coisas bonitas, de coisas que nós nos orgulhamos, e eu acho que nós não nos devemos orgulhar do PDM que temos; este Plano é como já aqui foi provado, uma vergonha, que muitos problemas e amargos de boca nos vai dar a todos nós e, em especial à Câmara e ainda muito em especial ao Sr. Vereador do Pelouro das obras, portanto não faça nenhuma brochura Sr. Presidente... corrija o que está mal e depois então faça as brochuras que tiver que fazer.



*JS*  
*Hen*

Quando cita aqui melhorias no IP5, muito bem, precisamos de melhorias no IP5, mas primeiro e muito mais terrenamente e muito mais caseiramente, eu gostaria que nos preocupássemos com as melhorias dos acessos à cidade, nomeadamente a Sul, em especial na Estrada de S. Bernardo, que é uma vergonha...! é uma vergonha no troço municipal que vai desde o "Pingo Doce" até Mamodeiro, é uma vergonha aquele acesso Sul da cidade!

Na recolha dos lixos é bom que haja mudanças, porque neste momento a recolha dos lixos é muito desastrosa, é muito pior que antes e a imagem da Câmara e dos serviços respectivos, não é nada boa neste momento, porque estas recolhas, já foram muito melhores, mais cuidadas, com muito melhores infraestruturas para o bom acondicionamento do lixo .

Relativamente ao Plano Estratégico, eu pergunto, foram ouvidas várias pessoas, claro que pessoas avalizadas tecnicamente para serem ouvidas e concerteza devem ser ouvidas, mas eu pergunto: será que nós os Presidentes de Junta, os tais cidadãos de segunda desta Assembleia, não deveriam de ser também ouvidos para essa questão? será que nós não deveremos ser ouvidos? será que nós não traremos nada de útil a essas cabeças pensantes com as nossas ideias e o nosso conhecimento real das situações? deixo esta questão e esta pergunta à Câmara, para que não venha acontecer o mesmo com o Plano Estratégico com o que aconteceu com o PDM."

Vogal António Salavessa:

"Sobre o que está escrito na Comunicação, apenas duas questões, primeira: tomei conhecimento da adjudicação a privados do Serviço de Recolha e Transporte de Resíduos Sólidos Urbanos, não há uma informação de quanto é que isto vai custar à Câmara Municipal, queria manifestar que ficasse registada a opinião de que não é a concessão a privados que vai garantir a melhoria da qualidade do serviço, tem que continuar uma intervenção muito grande da Câmara e acompanhamento muito grande da Câmara para que essa qualidade de facto aconteça, e que mais uma vez, nem nada impedia a que a Câmara procurasse conseguir essa qualidade, e que seria certamente a melhores preços do que aqueles que vão ser praticados com a concessão a privados, porque a experiência tem demonstrado em várias situações que

têm acontecido por todo o país, que não é a concessão que trás a qualidade

Na Comunicação dos Serviços Municipalizados, queria que fosse melhor explicada a questão da diminuição de tráfego e de utentes dos STUA e o que é que a Câmara está a pensar fazer para contrariar esta tendência de diminuição dos utentes.

Para além daquilo que está escrito penso que é significativo que algumas coisas não estejam escritas; penso que é significativo que o Plano Estratégico não esteja escrito nada na Comunicação, embora o Sr. Presidente tenha referido verbalmente; que o Plano de Urbanização da Cidade não esteja referido na Comunicação, embora o Sr. Presidente agora tenha feito uma referência, e penso que a questão mais grave de todas, que é uma questão que não há meio de ser explicada a esta Assembleia, é a questão do Carvoeiro: trata-se de um investimento que custou mais de um milhão de contos, um investimento em que esta Câmara, este município participou de uma forma muito pesada e perguntas várias que foram deixadas em sessões anteriores desta Assembleia, nunca tiveram resposta, o compromisso de haver uma sessão em que este assunto fosse agendado e devidamente explicado nunca aconteceu, e é muito grave em minha opinião que se tenha avançado para a fase final sem nunca ter havido uma discussão que era necessária. A discussão do Plano e do Orçamento, vai dar ocasião para voltar a esta questão, mas não podia de deixar já hoje uma nota de discordância em relação a este processo."

Vogal Custódio Ramos:

"Tenho comigo uma acta da Assembleia Municipal que foi aprovada hoje de tarde, cujo texto a páginas vinte e cinco, se eu me desse agora ao trabalho de ler algumas destas partes, teria pleno cabimento para a discussão tudo o que está aqui em causa nesta Comunicação do Presidente da Câmara; no fundo o que se diz nesta acta, é que o Sr. Presidente da Câmara, numa óptica de evolução na continuidade, vem sempre retratando na sua pequena Comunicação, aquelas pequenas obras que se fazem nos diversos Departamentos da Câmara, etc. e que, não responde a esta Assembleia às questões de fundo que nós costumamos colocar; permitia-me sugerir à Mesa que todas as vezes que distribua actas desta Assembleia, tenha a bondade de também distribuir

aos Srs. membros da Câmara, para que eles façam uma certa reciclagem dos assuntos e de facto vejam quais são as matérias em que nós estamos sensibilizados e que por vezes estamos sempre aqui a massacrar e que não obtemos resposta, dou um exemplo: o que é que é feito da Fábrica da Pinheira?

A questão da recolha dos lixos: vamos entrar agora numa fase benéfica, em que vamos ter a actividade privada, no transporte e recolha dos resíduos sólidos; só que, dando de barato que isso é uma pequena solução e que até é uma boa solução, dando de barato isso, trata-se apenas de uma vertente instrumental para resolver o problema, porque, o que falta aqui é termos no município de Aveiro um autêntico sistema de tratamento e recolha, e nós não temos sistema nenhum, vamos recolhendo, vamos amontoando para aí em qualquer sítio, não há um sistema, é preciso que o munícipe saiba a que horas passa o carro, a que horas pode colocar o lixo na Rua, e sobretudo o comerciante, quando fecha a porta do estabelecimento tem que saber as regras do jogo e nós não sabemos quais são as regras do jogo nesta matéria; recorde aqui que noutros municípios onde foi entregue a recolha à actividade privada, houve pelo menos o cuidado de que os trabalhadores da empresa que vai proceder a essa recolha, tragam pelo menos umas letras num determinado fato de trabalho, uma inscrição dizendo o seguinte: "ao serviço do município de tal", porque o munícipe há-de saber, quando alguém está a mexer nos equipamentos, que são profissionais que andam a trabalhar ao serviço do município.

Falou-se na hipótese de publicação do PDM. Estou em desacordo relativo com os meus antecessores que falaram nesta matéria, pelo seguinte: penso que, já que a Câmara não publicitou bem, aquando da auscultação pública, ao menos agora que ele está publicado, ao menos agora que publicite bem quais são as regras do jogo, aliás é obrigação da Câmara publicitar as regras do jogo.

Sobre a questão das taxas o Sr. Vereador anunciou-nos mais uns regulamentos para distribuir e eu perguntava se efectivamente tem consciência, ou se sou eu que estou ultrapassado, de que a partir do dia 1 de Janeiro, as taxas que hoje estão em vigor, caem, não é possível cobrar taxas, e aqui cabe uma crítica a este Executivo, o Executivo não lhe compete só trabalhar, tem que prevenir, não preveniu...o Executivo devia



fz  
Pires

de estar atento a que as regras do jogo nacionais são aplicáveis no concelho de Aveiro e, a partir do dia 1 de Janeiro, não há taxas possíveis para aplicar a ninguém no que toca a licenciamento de obras particulares, e é muito grave, não sei como é que a Câmara vai colmatar essa lacuna.

A propósito, onde é que está o Regulamento para a Fiscalização de Obras? os Fiscais sem Regulamento não podem fiscalizar nada, precisam de um Regulamento para a Fiscalização das obras. Aguardo que venha esse Regulamento.

Sr. Vereador Vítor Silva, sobre os Serviços Municipalizados, que como sabe estavam previstos no Código Administrativo, e agora sobre o artigo que os previa que os considerava um anexo, uma parte integrante da Câmara, e que em termos contabilísticos, já se apercebeu que é tudo diferente, essa Lei sobre a legislação contabilística dos S.M., prevê lá o Regulamento do Município nesta matéria de Serviços Municipalizados, o que quer dizer que, para além do Regulamento interno do funcionamento dos Serviços, das Secções, dos Departamentos, tem que haver um Regulamento sobre os Serviços Municipalizados no seu todo, Serviços Municipalizados do Município de Aveiro, não basta dizer que nos vai remeter para cá, porque os S.M. de outros tempos era por despacho, enfim do Governo, que eram criados, e agora é em sede de Regulamento, conforme deve saber.

Mais questões se colocariam, mas como nós temos o Plano de Actividades e o Orçamento para novas núpcias, aí vai haver oportunidade para nós trocarmos impressões sobre os assuntos que cabem dentro desse Plano."

Vogal Rosa Pires:

"O primeiro assunto, prende-se com a questão da brochura do PDM, e eu também sou de opinião que obviamente depende da finalidade com que se deve fazer essa brochura, se é para exhibir uma obra prima não faz sentido, mas se é para aproveitar o facto de qualquer pedido de licenciamento pôr em contacto o cidadão com o Regulamento do PDM, e portanto aproveita-se esse contacto para a divulgação, e é uma primeira oportunidade para propiciar às pessoas uma reflexão sobre o Plano, nesse sentido, se o Plano estiver inacessível, as pessoas vão estar à espera que venha outro; o que nós queremos é que as pessoas vão adquirindo uma cultura de discutir e analisar as regras que estão propostas e

eventualmente sugerir outras melhores, nesse aspecto de tornar o Plano mais acessível para facilitar a discussão, acho que sim, acho que a brochura é uma boa ideia.

Um outro aspecto tem a ver com a forma da apresentação da Comunicação da Presidência da Câmara, e eu gostava de engrossar uma corrente de opinião que tem vindo a criticar esta maneira de expôr; admito que alguns aspectos sejam bons como anexos, mas há meia dúzia de questões chave que nós gostaríamos de ver discutidas e que nunca são discutidas, e a questão que alguém colocou uma vez é, como é que isso pode ser útil para nós? e como é que os nossos comentários podem ser úteis para o Executivo? e nesta perspectiva, a forma como é posta não o é; gostava de ilustrar com dois ou três casos: o primeiro, com uma questão que já foi aqui discutida e que tem a ver com as grandes superfícies comerciais, disse o Sr. Presidente da Câmara, que nomeadamente, em termos de gestão urbanística, entendendo por gestão urbanística o sistema de licenciamento e a gestão do sistema de licenciamento, "tem aparecido problemas", ora se isto é um problema, se a questão das grandes superfícies, associada à do pequeno comércio é um problema fundamental para a cidade, como é que se justifica que não seja abordada? tem que ser abordado, se há um problema vamos discuti-lo, não o pondo cá é estar por omissão a escamotear uma oportunidade de discussão, e sobre isto, eu gostava também de dizer que não fiquei descansado com a opinião expressa pelo Sr. Presidente da Câmara, porque fiquei na dúvida sobre como é que ele a está a fundamentar, ele ouve uma pessoa que está de acordo, ouve outra que está em desacordo, tem argumentos contra, tem argumentos a favor, nós sabemos o que é isso, a questão é que este é assunto que já foi enfim, reflectido em muitos outros sítios, em muitos outros locais onde estudos aprofundados são publicados, portanto o mínimo que se pode fazer, é pedir ao Sr. Presidente da Câmara que desencadei mecanismos dentro do seu apoio técnico, para ir buscar toda esta reflexão que já foi feita sobre esta temática, noutras cidades, para o Executivo poder decidir bem fundamentado; portanto não é a opinião só de a ou de b ou de uma discussão, é quem tem uma ideia mais global sobre o assunto e termos minimamente a certeza que não deixámos ficar de lado aspectos tão importantes. Portanto a forma como está a ser fundamentada as opiniões e as opções em termos de

licenciamento, deixaram-me preocupado, não fiquei descansado, penso que não esteja a ser seguido o melhor caminho.

Outro aspecto prende-se quer com o Plano de Urbanização, quer com o Plano Estratégico; o Plano de Urbanização começou-se, é do conhecimento do Sr. Presidente de que foi algo controverso, aliás está na agenda de trabalhos, a questão da Comissão de Acompanhamento por parte da Assembleia Municipal. Julgo que o mínimo que se devia fazer era, na própria Comunicação, dizer, neste Plano há três ou quatro preocupações chave que nós temos em relação ao Plano de Urbanização, queremos que o Plano de Urbanização dê resposta, a este e àquele problema, gostaríamos que a participação, por exemplo, perspectivar o envolvimento da Assembleia Municipal, gostaríamos que a participação da Assembleia Municipal permitisse este ou aquele aspecto e tínhamos uma boa base para discussão, eu podia dizer que este assunto vem à Assembleia Municipal, a pedido, a solicitação da Conferência de Representantes, portanto aqui é mais uma lacuna.

A questão do Plano Estratégico, os comentários são idênticos, já vimos aqui pessoas a queixarem-se de alguma maneira, de que deram um contributo, não tiveram qualquer retorno dessa informação, mais uma vez se tivesse sido perspectivado o Plano Estratégico, grandes objectivos, como é que nós pensamos que vai ser o envolvimento da Assembleia Municipal e de outros órgãos, seria muito mais vantajoso para nós. O meu apelo vai também mais uma vez para reforçar opiniões já aqui expressas, para que o formato da Comunicação seja diferente, admito que toda esta listagem em anexo possa ser útil, mas gostaria de, aqueles cinco ou seis problemas considerados essenciais no período entre Assembleias Municipais, que tivessem algum desenvolvimento, fossem minimamente dissecados para que nós tivéssemos informação útil e reagíssemos também de forma útil em relação ao Plano que vem."

Vogal Diogo Machado:

"Só para dizer que nós o PP, compreendemos perfeitamente que a oposição não aceite nem queira que este PDM seja divulgado, salvo honrosas excepções, do Sr. Custódio Ramos e do Sr. Dr. Rosa Pires, porque realmente essa posição espanta-nos, e espanta-nos porque é esta oposição, que desde sempre disse que este PDM não estava suficientemente divulgado, que o público não tinha sido auscultado;



A2  
Aveiro  
Aveiro

*portanto temos agora uma oportunidade, como aliás já foi referido antes, de dá-lo a conhecer ao público, de explicá-lo ao público e de o divulgar condizentemente com a importância do documento, bom ou mau é este o PDM que temos, a Câmara não deve envergonhar-se dele, assim como nós da bancada do Partido Popular, não o fazemos, é óbvio que quando ele fôr melhorado, porque tudo na vida é possível ser melhorado, e este PDM não foge à regra, a Câmara terá que assumir o mesmo compromisso de explicar e de informar o público sobre os melhoramentos que esse PDM sofreu a bem das populações do concelho de Aveiro, é esta a nossa posição."*

Seguidamente no uso da palavra o Sr. Presidente da Câmara, disse pensar que relativamente à brochura do PDM, que a mesma é um elemento essencial e que por isso se deve fazer, esclarecendo porém que, não se trata de uma brochura luxuosa, uma vez que a Câmara tem que economizar, mas que deve ser feita para informação dos munícipes.

Relativamente à Fábrica da Pinheira, disse que o que fez a Câmara parar com as obras de adaptação daquele edifício, foi o facto da Câmara ter criado expectativas no que respeita à aquisição das instalações do BIA. A fábrica é propriedade da Câmara Municipal, estando a Câmara neste momento a proceder à liquidação das prestações que estabeleceu para o pagamento.

No que se refere ao Plano Estratégico, disse que a ideia que tem é de que terá que se discutir muito o Plano Estratégico e que fará toda força para que essa discussão aconteça.

Usou seguidamente da palavra o Vereador Vítor Silva, para se referir ao problema dos muros do Canal das Pirâmides, informando que a responsabilidade daquilo é da JAPA, o projecto é da JAPA, bem como a fiscalização da obra, todavia a Câmara está a desenvolver esforços junto da JAPA para que o arranjo dos muros se faça, porém têm surgido alguns problemas no que respeita às negociações Câmara/Japa, em torno deste assunto.

Relativamente aos custos com a recolha de lixos, disse pensar que com esta empresa a Câmara irá fazer a recolha em melhores condições e que a Câmara irá gastar ligeiramente menos.

No que se refere à diminuição de utentes dos STUA, disse que os Serviços têm feito algumas adaptações, quer em termos de

horários, quer em termos de ajustamentos de carreiras, simplesmente o número de Escolas que foram sendo construídas no concelho, têm uma influência muito grande nos transportes; o número dos utentes ainda não foi compensado porque está a ser desviado para as Escolas, uma grande afluência nos transportes, são dos transportes escolares; este ano não há aumento de tarifas e há redução da tarifa do motorista; estão a ser feitos alguns ajustamentos no sentido de cativar o problema dos passageiros esperando-se que com as novas instalações, se venha a melhorar este sistema, quer no aspecto da limpeza e outros.

Em relação aos fardamentos do pessoal de limpeza, informou que estes irão dispôr de fardamentos novos e devidamente identificados.

A finalizar, disse que também se falou nos Serviços Municipais, no Regulamento, disse não conhecer exactamente qual é a questão, mas que numa próxima Assembleia, será capaz de dar uma resposta sobre esta matéria, uma vez que de momento não está preparado para responder.

Seguidamente usou da palavra o Vereador Henrique Mendonça, que em relação à questão das taxas disse que é sua intenção ter já em finais deste ano aprovada pela Assembleia Municipal a nova Tabela de Taxas; disse também que aconteceu que o grupo de trabalho que esteve envolvido com outras Câmaras para estudarem esta matéria, por ser período de férias, atrasou o trabalho. Por outro lado, entendeu não sair desse grupo de trabalho e continuar um estudo conjunto, e porque efectivamente não estava ainda aprovada a nova Tabela de Taxas, teve o cuidado de pôr à discussão pública a Tabela, anterior e o Regulamento, anterior, para que pudessem ter eficácia em 1996.

Vogal Custódio Ramos:

*"Sr. Vereador, confesso que não percebo; o Código de Procedimento Administrativo, manda publicar a proposta para discussão pública, a Câmara pelos vistos já aprovou, pôs à discussão pública, eu pergunto, já veio no Diário da República? se não veio no Diário da República, eu pergunto, foram feitos editais a dizer que está em discussão pública? e por quanto tempo? e mesmo que esteja e mesmo que isso seja legal, o que eu duvido, porque para mim tem que vir no Diário da República, eu pergunto, vai haver um período de vazio a partir de 1 de Janeiro de 96, porque as taxas actuais caducam em 31 de Dezembro."*

Vereador Henrique Mendonça:

"Os editais estão publicados, está publicado num jornal Regional, e não é necessário publicar no Diário da República, isto confirmado pela CCRC, na medida em que o Artº 168, 169, do Código de Procedimento Administrativo, ainda não está regulamentado, por conseguinte ainda não está em vigor; por outro lado, o que a lei diz no nº 3 do Artº 68-A, o que diz é que: "os regulamentos actualmente em vigor relacionados com as matérias constantes no número anterior, serão até 31 de Dezembro de 95, submetidos a inquérito público pelo período de 90 dias, e a posterior confirmação", por conseguinte, desde que estejam até 31 de Dezembro de 1995, para inquérito público, podem continuar a aplicar-se."

Não se registando mais intervenções e dado o adiantado da hora, o Sr. Presidente da Mesa deu por encerrada a presente reunião.

Era 1,00 Hora do dia 29.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que no que fôr omissa melhor poderá ser confrontada pela gravação elaborada, que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários nos termos legais.

